

BELO MONTE E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS DO XINGU: em nome do 'progresso arcaico' e na contramão do desenvolvimento sustentável

**Robson Rodrigues¹
Grasiela Lima²**

Lideranças dos povos indígenas do Xingu, apoiados por representantes de movimentos sociais - ambientalistas e indigenistas - além de pesquisadores, professores, estudantes universitários e artistas, realizaram no início de fevereiro deste ano uma importante manifestação em Brasília contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, na Bacia do Rio Xingu, no Pará. Na oportunidade, foi entregue ao Secretário Geral da República, Rogério Setilli, um abaixo-assinado com mais de quinhentas mil assinaturas contra a obra, assim como uma lista de reivindicações para melhorias na região. Recentemente aconteceu outra manifestação promovida por indígenas e ativistas de São Paulo em frente ao MASP, na capital paulista, contra a construção da hidrelétrica.

Trata-se, na verdade, de uma questão polêmica que dura mais de vinte anos, com muitos momentos de tensão e manifestações públicas contrárias ao projeto, na medida em que vários especialistas apontam a iminência de um desastre econômico, social e ambiental.

Apesar das dez ações impetradas pelo Ministério Público do estado do Pará, e de estudos realizados por pesquisadores de importantes universidades brasileiras problematizando e desaconselhando o projeto, no início deste ano o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) liberou o licenciamento para a construção do canteiro de obras. Tal fato acirrou ainda mais os ânimos dos índios de diferentes etnias, e também dos ribeirinhos da região do Xingu que serão

¹ Etnoarqueólogo, professor-pesquisador do CEIMAM – Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menéndez” – da FCL/UNESP, presidente da Fundação Araporã – fundacaoarapora@yahoo.com.br

² Socióloga, professora e coordenadora do Núcleo de Extensão das Faculdades Integradas de Jaú, integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Direito na Sociedade Brasileira, da UFSCar, membro da Fundação Araporã.

diretamente atingidos pelas barragens.

A partir daí, indígenas representando os povos da Amazônia estiveram na Europa participando de reuniões e atividades com políticos e membros de organizações de direitos humanos, com o objetivo de denunciar os danos causados pelo empreendimento, além dos riscos financeiros, já que estudos também demonstram sérios problemas na relação custo-benefício da obra. Além disso, o Brasil foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que por sua vez, em carta encaminhada ao governo brasileiro, recomendou a suspensão imediata do licenciamento da usina.

Sendo assim, Belo Monte representa uma situação extremamente complexa que envolve, evidentemente, a violação de direitos dos povos indígenas do Xingu, mas também outros aspectos que se apresentam de forma conflitante, como os interesses econômicos, a política energética nacional, o desenvolvimento sustentável e a questão da participação política da população nas discussões de interesse coletivo.

Desta forma, este cenário aponta para o fato de que a abordagem deste importante assunto deve levar em conta, fundamentalmente, que os interesses dos povos indígenas aqui representados devem ser vistos como legítimos interesses da nação brasileira. Está mais do que na hora de assumirmos este compromisso que é constitucional e pautado pelos preceitos universais do respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade cultural. Além disso, "mais do que o rio, os indígenas e as populações ribeirinhas, o que está em jogo é o futuro da Amazônia", como destaca uma das passagens da convocatória da manifestação realizada em Brasília. Nesta mesma linha de pensamento afirmou Carlos Império Hamburger, diretor do filme "Xingu", em recente artigo publicado em jornal de grande circulação no estado de São Paulo: "sem dúvida, é um dos maiores patrimônios do Brasil - e nós, brasileiros, não temos a menor idéia do que ele representa e do que

está protegido ali".

Estudiosos das questões indígenas são unânimes em afirmar que "o índio não é um empecilho ao desenvolvimento. É uma alternativa". Isto quer dizer que os argumentos favoráveis à construção da hidrelétrica de Belo Monte desconsideram totalmente a visão dos índios sobre o assunto e estão baseados apenas nos aspectos econômicos - desenvolvimento para a região - e na necessidade de aumento da produção de energia, tendo em vista a atual crise no setor. Trata-se, pois, de uma perspectiva simplista, reducionista, autoritária e irresponsável, pautada numa concepção de desenvolvimento predatório, portanto arcaico e ultrapassado.

Desenvolvimento e progresso, no paradigma atual, se sustentam a partir de três aspectos fundamentais e que se inter-relacionam: o econômico, o social e o ambiental, ou seja, *desenvolvimento só se for sustentável!* Nesta perspectiva, o Brasil, que é signatário da Agenda 21 (ECO 92), não pode perder de vista os seis objetivos prioritários do desenvolvimento sustentável:

- Satisfação das necessidades básicas da população;
- Solidariedade para com as gerações futuras;
- Participação da população envolvida;
- Preservação dos recursos naturais;
- Elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo, os índios);
- Efetivação de programas educativos (educação ambiental).

Os pesquisadores e técnicos ligados ao Instituto Socioambiental (ISA) destacam que "é preciso questionar a forma antidemocrática como o projeto vem

sendo conduzido, a relação custo-benefício da obra, o destino da energia a ser produzida e a inexistência de uma política energética para o país que privilegie energias alternativas".

Assim, e em termos concretos, a hidrelétrica de Belo Monte representa um profundo impacto social e ambiental já que foi planejada para ser instalada em uma das áreas de maior diversidade cultural e biológica do país, além de inundar uma área de mais de 600 km², promoverá até 80% de redução da vazão de um trecho de mais de 100 km que compreende a Volta Grande do Rio Xingu.

Nesta área, residem diversos povos indígenas como os Arara, os Juruna e os Xikrin, além de milhares de famílias ribeirinhas, indígenas e não-indígenas. Ainda no Médio Xingu e seus tributários, residem os Parakanã, os Asurini, os Kararaô, os Araweté, os Arara, os Xipaia e Kuruaia, além de centenas de famílias que habitam nas Unidades de Conservação que conformam o corredor ecológico do Xingu (Resexs, APA, FLONA, ESEC, PARNA). Mais próximos das cabeceiras do rio Xingu, estão os Kayapó do Sul do Pará, os Metuktire e os diversos Povos que habitam o Parque Indígena do Xingu, além de vários grupos indígenas isolados nos estados do Pará e Mato Grosso.

A conclusão dos estudos realizados por especialistas da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), alerta que os impactos sobre os povos indígenas da região não se limitam de maneira alguma a chamada "área diretamente afetada", mas podem atingir seriamente os recursos ambientais e as condições de vida e bem estar de outras terras indígenas, situadas fora daquela faixa estreita.

Nas terras indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande/Maia, Juruna do Km17, Apyterewa, Araweté, Koatinemo, Kararaô, Arara, Cachoeira Seca e Trincheira Bacajá habitam diversas coletividades cujos modos de vida e culturas poderão receber impactos negativos, sem mencionar indígenas que estão nas

idades e os índios isolados. Até aquele momento - e pior até hoje! - sequer tais impactos estão adequadamente dimensionados.

Nesse sentido, os atuais e intensos debates propiciados pela construção de Belo Monte abre-nos excelente oportunidade para discutimos seriamente o desenvolvimento sustentável no nosso país, assim como o respeito à diversidade cultural brasileira, especialmente no que se refere aos indígenas e o seu direito constitucional de participar, legitimamente, da tomada de decisões em relação aos assuntos que dizem respeito às suas próprias vidas e ao destino das futuras gerações.